

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.782 - RS (2019/0322372-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : CLENIR SILVA RODRIGUES**  
**RECORRENTE : IVAN SILVA RODRIGUES**  
**ADVOGADOS : PAULO CESAR HAFLE - RS048171**  
**OTAVIO ALBERTO GOMES DE CAMPOS - RS011547**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Clenir Silva Rodrigues e outro, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 481):

ADMINISTRATIVO. ANISTIA POLÍTICA. LEI N. 10.559/02. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. CUMULAÇÃO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. POSSIBILIDADE. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE. SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 326 DO STJ.

Em suas razões, o insurgente sustenta afronta ao art. 944 do Código Civil/2002, ao argumento de irrisoriedade dos danos morais, os quais foram fixados em R\$ 10.000,00 em função da condição de anistiado político, consideradas todas as circunstâncias passadas à época do governo militar.

Pugna, ainda, pela majoração dos honorários.

Instada a se manifestar, a douta Subprocuradoria-Geral da República opinou pelo parcial provimento do recurso.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório.

De início, quanto aos honorários, constata-se a ausência de indicação específica e objetiva de dispositivo de lei federal tido por violado, com o devido cotejo demonstrativo de sua irreverência, contando o recurso apenas com citação genérica de fundamentação reflexa, como se recurso de apelação fosse, situação tal que atrai a incidência do óbice contido na Súmula 284/STF.

Com relação aos danos morais, a jurisprudência desta Corte Superior é assente de que somente é possível a revisão do valor fixado quando irrisório ou exorbitante, em flagrante violação da legislação de regência, ressaltando que, por mais que surjam eventuais divergências em relação ao *quantum*, é condição necessária para reforma a configuração de umas das mencionadas circunstâncias.

Assim sendo, a hipótese dos autos, na qual fora fixada a quantia de R\$ 10.000,00, de forma nenhuma pode ser considerada irrisória, como se não tivesse significado ou expressão econômica, de maneira que a reversão do entendimento assentado pelo Tribunal de origem ensejaria inevitável incursão no substrato

fático-probatório dos autos, esbarrando no teor da Súmula 7/STJ.

Adiante, saliente-se que a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a ausência de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente configura deficiência na fundamentação recursal, o que impede o conhecimento do apelo nobre interposto com esteio no art. 105, III, "c", da Constituição Federal. Incidência da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.624.206/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgInt no REsp 1.622.220/SP, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 15/12/2016; AgRg no AREsp 682.625/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/11/2016; AgInt no AREsp 842.727/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 6/10/2016.

Por fim, o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara da divergência entre os casos confrontados, a fim de identificar os trechos que os assemelhem. Desse modo, não se oferece como bastante a simples transcrição de ementas ou votos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator